



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES**  
**CURSO DE LETRAS**

CAROLINE MARIA DA SILVA

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM SALA DE AULA

BRASÍLIA

2014

CAROLINE MARIA DA SILVA

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM SALA DE AULA

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES - do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB -, tendo como orientadora a Prof.<sup>a</sup> Msc. Débora Cabral.

BRASÍLIA

2014

## O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM SALA DE AULA

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES - do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB -, tendo como orientadora a Prof.<sup>a</sup> MSc. Débora Cabral.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup>MSc. Débora Cabral Lima - UniCEUB

---

Prof.<sup>a</sup>MSc. Rafaela Nunes Marques Mól - UniCEUB

---

Prof. MSc. Rodrigo Albuquerque Pereira - UniCEUB

“Para ser grande, sê inteiro: nada  
Teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és  
No mínimo que fazes.  
Assim em cada lago a lua toda  
Brilha, porque alta vive.”

*Ricardo Reis*

## AGRADECIMENTOS

Àquele que me deu o dom da vida e que esteve sempre ao meu lado durante todos os momentos dessa longa jornada que é a vida, agradeço pela oportunidade de estar vivendo com saúde e determinação. As minhas entidades que me acompanham onde quer que eu vá e me livram de todo mal.

À minha amada família que me acompanhou ao longo desses quase quatro anos de curso, que teve muita paciência, muito amor e dedicação comigo. Aos meus pais Eliane e Ribamar, meus irmãos Cristiane, Tatiane, Marcos Paulo, Luiz Fernando, Pedro Ivo, Júnior e Márcio por todos os ensinamentos e experiências compartilhadas que me fizeram ter força durante as muitas quedas e aumentaram a minha vontade de ser uma pessoa cada vez melhor.

Ao meu tio Francisco das Chagas, meu querido “tio Chico” (*in memoriam*), pois sei que onde quer que esteja, está torcendo por mim com seu olhar generoso e amoroso de sempre.

Em especial gostaria de agradecer ao meu irmão Pedro que com a sua “filosofia” de vida me acompanha sempre que eu preciso, e por ter me ensinado a rir das pequenas coisas e a nunca deixar de ser quem eu sou!

Aos meus amigos de curso por toda a cumplicidade, as alegrias, tristezas, risadas e choros que tornaram tudo mais leve no tempo em que passamos juntos diariamente. Em especial a José Romário, Louriane Aires, Divina Oliveira, Mariana Gama, Rovyenne Lacerda e Jéssica Narayana.

Aos meus professores que foram fundamentais para o meu aprendizado ao longo do curso de Letras, a querida professora Ana Luiza Montalvão (*in memoriam*) por todos os ensinamentos e fraterna amizade e a todos os outros que me acompanharam desde o começo.

À minha querida orientadora Débora Cabral, por toda a paciência e dedicação nos meses em trabalhamos juntas e por todos os conselhos repletos de carinho.

## RESUMO

Este trabalho trata sobre uma investigação realizada em campo, em duas escolas localizadas em Sobradinho I e Sobradinho II que trabalham com o Ensino Médio, com o intuito de averiguar a forma como o preconceito linguístico ocorre dentro de sala de aula, seja nas aulas de Língua Portuguesa e nas demais disciplinas, conforme aponta Bortoni-Ricardo. Tem como objetivo geral explicitar para os falantes, que a língua é um instrumento de interação entre eles e possui a heterogeneidade como característica principal e, portanto, nada que corresponde à fala ou a sua forma escrita pode ser considerado errado, pois mesmo que haja incoerência na concordância verbal/nominal, ausência de pontuação, omissão de algumas letras ou um mau emprego do plural, a mensagem é sempre compreendida pelos usuários. Para tanto, a presente pesquisa utilizou conceitos teóricos de autores que realizaram trabalhos e estudos na área da Sociolinguística e dedicou seu primeiro capítulo para conceituar primeiramente esta ciência que trabalha com a relação entre a Língua e a Sociedade. No segundo capítulo, o preconceito linguístico propriamente dito foi o tema principal e as formas que ele assume dentro do ambiente escolar foram apontadas. No capítulo de número três, a Metodologia que o norteia aponta os procedimentos que foram adotados durante a pesquisa de campo e a forma como estes foram trabalhados. E por fim, o quarto e último capítulo foi desenvolvido para realizar uma análise dos dados colhidos durante a etapa prática do trabalho, e assim relacionar o que foi exposto na teoria com o que foi vivenciado durante o período de observação não participante e ao questionário aplicado, para afirmar ou não se os apontamentos dos autores se confirmam. A parte final corresponde à conclusão da averiguação e aborda de uma forma geral, tudo que foi articulado durante a elaboração da mesma.

**Palavras-chave:** Preconceito Linguístico, sala de aula, professores, alunos, erros.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	10
<b>Capítulo 1 – A ORIGEM DA LÍNGUA E A SOCIOLINGUÍSTICA</b>	
1.2 A Dinamicidade como característica da Língua Portuguesa no Brasil	
1.2.1 Objetos de estudo da Sociolinguística	
	22
<b>Capítulo 2 – OS TIPOS DE PRECONCEITO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO</b>	
2.1 Origem da palavra Preconceito	
2.2 Preconceito Linguístico	
2.2.1 Onde o Preconceito Linguístico ocorre?	
2.2.2 A visão da Escola	
2.2.3 A invenção da gramática	
2.2.4 Como o preconceito Linguístico ocorre?	
2.2.5 A Heterogeneidade da língua	
2.2.6 Como o Preconceito Linguístico se expressa?	
2.2.7 Como a Linguística foi ensinada aos docentes?	
<b>Capítulo 3 – METODOLOGIA DE PESQUISA</b>	41
3.1 Metodologia	
3.2 Pesquisa Qualitativa	
3.3 Localização e os Participantes	
3.4 Observação e Questionário	
3.5 Análise e Interpretação	
<b>Capítulo 4 – ANÁLISE DA PESQUISA</b>	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	58
<b>REFERÊNCIAS</b>	60

“Dê-me um cigarro  
Diz a gramática  
Do professor e do aluno  
E do mulato sabido.  
Mas o bom negro e o bom branco  
Dizem todos os dias  
Deixa disso camarada  
Me dá um cigarro.”

*Oswald de Andrade*





## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 2011, uma polêmica envolvendo a educação veio à tona após a publicação do livro *Por uma Vida Melhor*, da coleção *Viver, Aprender*. O livro que foi escrito em conjunto por aproximadamente quatorze autores, entre eles, Helena Henry Meirelles e Carolina Amaral Aguiar foi desenvolvido procurando atender os alunos que cursavam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este mesmo livro foi aprovado e distribuído pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, para 4.236 escolas públicas do país. Porém, o que fez com ele se tornasse alvo de grandes debates e discussões foi o fato de que seus autores aceitavam a construção “nós pega o peixe” em um dos seus conteúdos como correta.

De um lado das discussões estavam os Linguistas que, seguindo o pensamento da ciência a qual fazem parte, a Linguística, defendiam que a linguagem adotada pelos autores, por possuir um teor mais próximo da fala comum, aproxima os falantes que fazem uso da linguagem popular dos demais usuários da língua. Do outro lado, os gramáticos que defendem a Gramática Normativa apoiavam a ideia de que as regras que norteiam a língua devem ser seguidas, pois, auxiliam os falantes a desempenhar um bom uso da língua seja na escrita ou na fala.

Os veículos da mídia passaram a noticiar este acontecimento que, segundo eles, agravava ainda mais a desvalorização da educação. Esta atitude, que foi exercida por parte dos jornalistas e repórteres, serviu apenas para confundir os usufrutuários da língua. Por conta do clamor da sociedade que acreditava que tais livros seriam prejudiciais para a educação dos alunos do EJA, este caso foi levado ao Senado Federal onde foi amplamente debatido pelos senadores que compunham a Comissão de Educação, Cultura e Esporte assim como o Ministro Fernando Haddad que, mesmo sob pressão decidiu não remover os livros das escolas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905201110.htm> > Acesso em 25 de Setembro de 2014.

O que fez com que todo este debate adquirisse grandes proporções foi o fato de que algumas instituições de ensino ainda hoje, utilizam uma postura que atua com uma visão equivocada sobre como deve ser o ensino da língua escrita e também na questão da oralidade e acolhem termos como “certo” e “errado” para transmitir a sua posição aos alunos.

Para melhor explicar esta questão, que serviu como base para os debates, que sob a sua perspectiva não há nada absolutamente “correto” ou “errado” no que se refere respeito à fala ou à escrita, pois conforme Mollica e Braga (2012, p.10):

A Linguística volta-se para todas as comunidades com o mesmo interesse específico e a Sociolinguística considera a importância social da linguagem, dos pequenos grupos socioculturais a comunidades maiores. Se cada grupo apresentasse comportamento linguístico idêntico, não haveria razão para se ter um olhar sociolinguístico da sociedade.

E ainda seguindo o raciocínio destes autores, concordar com essa ideia de erro e acerto dentro da língua é promover ainda mais o preconceito linguístico e a exclusão social daqueles que utilizam a linguagem popular. Isso porque, ainda segundo a Sociolinguística, a linguagem é fruto de mudanças e procura se adequar de acordo com o ambiente no qual ela está inserida.

O Ministério da Educação e Cultura – MEC, com o intuito de auxiliar o professor dentro da sala de aula criou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e ofereceu um novo entendimento sobre o ensino das diversas disciplinas lecionadas. Em conformidade com essa outra perspectiva língua, que esclarece que a ela é dinâmica desde o seu início, os PCNs apontam que:

Não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com um outro, dentro de um espaço social, como, por exemplo, a língua, produto humano e social que organiza e ordena de forma articulada os dados das experiências comuns aos membros de determinada comunidade linguística. (BRASIL, 2000 p.15)

Em consoante com este manual desenvolvido pelo MEC é possível compreender que a questão do enaltecimento ou não de determinadas variações linguísticas tem mais a ver com fator social do que linguístico dos

falantes. Foi a partir dessa reflexão que a ideia para realizar essa pesquisa surgiu, e que tem como intuito trabalhar a questão do **preconceito linguístico em sala de aula**.

Esta investigação foi desenvolvida em quatro capítulos, sendo que os dois primeiros tratam sobre a parte teórica que envolve o seu tema central; seguido da Metodologia que explica os procedimentos da pesquisa e análise dos dados. procedimentos utilizados na metodologia. Dando continuidade, foi produzida a análise dos dados que foram colhidos durante a pesquisa de campo e por fim as considerações finais acerca do assunto que ela se propôs a investigar.

O presente trabalho busca explicar o que é o preconceito linguístico, que conforme lamenta Bagno (2007, p.13) é ainda muito comum na sociedade brasileira. O autor critica os livros e manuais que têm a intenção de ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, mostrando assim a imagem negativa que o brasileiro tem do português brasileiro.

E principalmente mostrar para o (a) leitor (a), que fizer uso dele como base para futuras pesquisas e estudos, que nada na língua pode ser considerado certo ou errado, mesmo que a mensagem transmitida não seja bem compreendida, pois ela é um instrumento de interação que deve servir para aproximar seus usuários e não afastá-los ainda mais, de acordo com o que assevera Bagno (2007, p.36):

Ao contrário da norma-padrão, que é tradicionalmente concebida como um produto homogêneo, como um jogo de armar em que todas as peças se encaixam perfeitamente umas nas outras, sem faltar nenhuma, a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. Ao contrário, de um produto pronto e acabado, de um momento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos dos seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita.

Para tal, foi necessário:

- **Caracterizar o preconceito linguístico e**
- **Identificar atitudes em sala de aula que demonstram o preconceito linguístico.**

Esta caracterização se deu com base nas teorias escolhidas como para o embasamento do capítulo de número dois, que são dos autores: Magda Soares, Marcos Bagno, Elisabeth Silveira, Sírio Possenti, Stella Maris Bortoni-Ricardo entre outros, e que serviu para esclarecer primeiro o que é o preconceito e o tipo escolhido para fazer parte desta pesquisa que é o preconceito linguístico. E a identificação de comportamentos preconceituosos se deu durante Metodologia e a Análise de dados onde foi possível debater o que foi observado durante as aulas de uma professora de língua portuguesa e também com as respostas apresentadas no questionário que foi aplicado em duas escolas.

Para a elaboração da pesquisa, o trabalho foi composto por uma observação não participante realizada durante as aulas de língua portuguesa, ministradas em sete turmas do 1º ano do Ensino Médio de uma escola Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho – CEM 01. Foi aplicado também um questionário no Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho e no Centro Educacional 04 de Sobradinho II, que atua tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, com perguntas dissertativas e objetivas, voltadas para o corpo docente, compondo assim os dados da pesquisa utilizados com os fundamentos da pesquisa qualitativa que compõe a metodologia utilizada na investigação. O questionamento que se faz para iniciar o presente trabalho é: se há existência do preconceito linguístico dentro de sala de aula e como se dá este comportamento na relação entre o educador e os seu aluno.

Por fim, acredita-se que toda a verificação que foi realizada para a produção deste trabalho, poderá contribuir para futuras pesquisas que possam ser realizadas a partir do mesmo assunto, preconceito linguístico, para que novos conceitos gerados a partir dos que conceitos já existentes e outras formas de lidar com este preconceito, dentro e fora da escola, venham para contribuir com os estudos já realizados por estudiosos consagrados que

fazem parte da Linguística, da Sociolinguística e das demais ciências que se voltam para os estudos sobre a língua.

## CAPÍTULO 1

### A ORIGEM DA LÍNGUA E A SOCIOLINGUÍSTICA

#### 1.1 A Dinamicidade como característica da Língua Portuguesa no Brasil

Este capítulo inicial apresenta um contexto histórico da língua que trata sobre a sua origem dentro e fora do Brasil e traz também os conceitos de especialistas que se dedicaram a estudar os conceitos abordados nas ciências que estudam a Língua, que são a Linguística e a Sociolinguística.

Baseado nos estudos realizados por Silveira (1997, p.20), o Brasil é um país que foi colonizado por Portugal oficialmente no ano de 1.500 e em consequência deste fato recebeu como herança o idioma que era pronunciado pelos navegantes que aqui chegaram: o português. O idioma pronunciado no Brasil derivou da língua portuguesa, esta por sua vez é derivada de outra língua que hoje em dia é tida como uma língua que caiu em desuso, o latim, que teve a sua ascensão na época em que o Império Romano no século II a.C passou a ter domínio sobre a cultura e a política de Lácio ( em latim, *Latium*)<sup>2</sup> na Itália, usando como triunfo as suas conquistas militares.

Ainda segundo Silveira, o latim é dividido em duas partes: o latim vulgar e o latim clássico, o primeiro radicou-se na Península Ibérica, mesclando-se aos poucos em pidgins, com as línguas nativas. Essa derivação do latim era muito usada entre os soldados romanos, considerados analfabetos em sua grande maioria. Pidgins por sua vez, é o nome que se dá a uma língua que foi criada de forma espontânea e que surgiu de uma mistura de outras duas línguas. Quando ocorreu a queda do que até então era o Império de Roma, deram origem aos crioulos e estes originaram as línguas neolatinas. Pidgins e crioulos são estágios da transformação de uma língua em outras línguas, e esta circunstância só comprova que a língua é dinâmica desde o seu início.

Ferdinand Saussure, com os seus estudos, foi um linguista e filósofo suíço que desenvolveu pesquisas com interesse em entender e explicar os fenômenos acerca da língua e os seus elementos, e este ato o consagrou como o “Pai da Linguística”. Segundo Seche (2006, p.11):

---

<sup>2</sup> <<http://www.escribacafe.com/a-lingua-do-imperio/>> Acessado em 25 de setembro de 2014.

a Linguística propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românicas e das línguas germânicas. Os estudos românicos, inaugurados por Diez – sua Gramática das Línguas Românicas data de 1836-1838 –, contribuíram particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto.

Saussure também afirma que a língua é um fato social, e que foi construída, aos poucos, com a intenção de atender as necessidades e mudanças ocorridas dentro da comunidade que faz uso dela. Este autor também foi o responsável, por aprimorar os conceitos que mais se destacam dentro da ciência em que atua a Linguística, são eles: a *langue* e a *parole* que no idioma francês significam respectivamente língua e fala<sup>3</sup>. E por defender a ideia de que para que exista a língua é necessário que exista também o indivíduo, para fazer com esta seja produzida e desenvolvida.

Como produto social, a língua, em sua essência, depende do indivíduo para ser formada e desenvolvida. No entanto, como há o paradoxo inerente à relação que há entre a *langue* e a *parole*, isto é, como é preciso haver fala para que a língua se estabeleça de forma plena, é necessário que esta seja utilizada por indivíduos para que realmente se forme e se desenvolva. Porém, o que Saussure procura destacar é que essa evolução não depende de indivíduos isolados (no âmbito da fala), mas sim da coletividade (no âmbito da língua).

Pode-se dizer que uma das principais discussões suscitadas por Saussure, foi à distinção criada por ele sobre o estudo sincrônico de uma língua. Este estudo consiste na descrição da estrutura de uma língua em um determinado momento no tempo. E o estudo diacrônico corresponde a uma descrição histórica de uma língua, e que por este motivo considera os diversos estágios sincrônicos dessa mesma língua.

O linguista, portanto, considerou que os estudos sincrônicos tinham um valor maior, pois, segundo ele, o estudo sincrônico da língua revelava sua estrutura essencial. Sobre isso afirma Saussure (2006): "A língua é um sistema

---

<sup>3</sup> < <http://www.dicio.com.br/parole/> > Acessado em 25 de setembro de 2014.



em que todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica".<sup>4</sup>

Por último, é possível afirmar que a língua desde o seu início dos estudos da linguagem mostra ter como característica o fato de estar em constante evolução, se adequando de uma forma que atenda a todos os seus usuários.

## 1.2 A origem da Sociolinguística

Com o descobrimento do Brasil, o país passou a ser bem visto por outros países que também quiseram explorar as riquezas da nova terra e essa diversidade de colonizadores que aqui chegaram interferiu não somente na cultura da região em que cada um permaneceu, mas principalmente na linguagem de seus habitantes, o que fez com que o português se modificasse no que diz respeito à oralidade e também com relação à sua forma escrita.<sup>5</sup>

Embora o português seja o idioma oficial de todo o território brasileiro, no que diz respeito à oralidade e a escrita, há formas de utilizar a língua materna que se diferenciam de acordo com o espaço geográfico no qual os falantes estão inseridos e essas diversidades são alguns dos objetos de estudo de uma ciência que se voltou para os acontecimentos tanto da fala como da escrita dos falantes da nossa língua, esta ciência recebe o nome de Sociolinguística, que é a área da linguística que estuda a relação entre a língua e a sociedade.

De acordo com os apontamentos dos autores Votre e Roncarati (2008, p.24) a Sociolinguística pode ser considerada uma ciência recente, já que existem documentos que dão conta de que a sua invenção se deu nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos. Mais precisamente pode se afirmar que a Sociolinguística, como é conhecida atualmente, surgiu a partir de um congresso que foi organizado por William Bright. Esse Congresso contou com

---

<sup>4</sup> < <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/as-tres-grandes-correntes-da-linguistica-moderna-estruturalismo-funcionalismo-e-gerativismo-3666858.html> > Acessado em 25 de setembro de 2014.

<sup>5</sup> < <http://www.historiadobrasil.net/descobrimento/> > Acessado em 25 de setembro de 2014.

as presenças de John Gumperz, Einar Haugen, Dell Hymes, William Labov, José Fischer e José Pedro Rona entre outros estudiosos. Em 1964, foi publicado um livro, cujo título era *Sociolinguistics*, e que fazia um apanhado sobre o que foi debatido neste congresso trazendo em seu texto inicial um texto escrito pelo próprio Bright cujo título era: “As Dimensões da Linguística” que definia e caracterizava a nova área de estudo.

William Labov, além de ter sido um dos participantes do Congresso que originou a Sociolinguística, também foi o responsável por realizar investigações sobre a variação linguística nos Estados Unidos e o resultado delas revolucionou a compreensão que se tinha até então de como os falantes utilizavam a língua, além de ter contribuído para as questões deixadas sem resposta por Saussure.<sup>6</sup>

Para Tarallo (2007, p.7), “foi, portanto, Labov que, mais veemente, voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada.”.

Por tanto é razoável apontar que a Sociolinguística é uma ciência que faz parte da Linguística e que procura voltar a sua atenção para os acontecimentos ocorridos na relação que há entre a língua e o seu uso dentro da sociedade, de uma forma que procura primeiro entender o que ocorre com os seus falantes, o que facilita a não propagação de uma ideia de preconceito, pois assim, cada usuário e a sua individualidade são respeitados do jeito que são.

### **1.2.1 Objetos de estudo da Sociolinguística**

Conforme o que foi escrito por Votre e Roncarati (2008, p. 28), no Brasil, um professor da Universidade Federal do Rio Janeiro foi o responsável por iniciar os estudos sobre essa ciência na década de 1970. Seu nome é Anthony Julius Naro e ele, baseado nas teorias escritas por Labov, atuou ativamente no surgimento da Sociolinguística no país, criando grupos de estudos e pesquisas onde professores e alunos procuravam estudar a variabilidade e a mudança linguística no cenário nacional.

---

Somente após esses estudos é que a forma social da língua teve espaço, pois antes disso nem mesmo as correntes que se dedicam a estudá-la como: Estruturalismo, que foi criado por Ferdinand Saussure e divulgado na obra *Course de Linguistique*, que foi escrita por seus alunos e que possuía o intuito de explicar a “estrutura” que compõe a língua a partir da seguinte ideia: de que para se conseguir aprender a usar bem uma língua é necessário antes, conhecer os seus elementos que podem estar ocultos ou não definidos e a relação que estes possuem baseados na equivalência ou na oposição com os demais elementos.

Gerativismo, que teve início a partir da publicação dos trabalhos desenvolvidos por Noam Chomsky, que foi o responsável por criar esta corrente como uma forma de contradição aos ideais behavioristas. Pois estes defendiam que a linguagem se dá por meio da interação social entre os seus falantes. Mas Chomsky criticava esta visão por acreditar que ela limitava a linguagem e afirmava que todo indivíduo é perfeitamente capaz de criar novas orações e ideias que sejam inéditas, e que ao mesmo tempo apresentem regras gramaticais, mesmo que sejam durante as falas que são consideradas informais.

E por fim o Funcionalismo, seu surgimento ocorreu em 1926 com a criação do Circuito Linguístico de Praga, porém seu início partiu do Estruturalismo de Saussure e teve a contribuição dos também linguistas Trubetskoi e Roman. Esta corrente da língua defendia a ideia de que a linguagem é um recurso responsável por propor uma interação social aos seus usuários, permitindo que eles interajam uns com os outros.<sup>7</sup>

Assim, a Sociolinguística apresenta algumas definições bastante particulares:

Variedade – As variedades são as diferentes formas de manifestação da fala dentro de uma língua, a partir dos diferentes traços que a condicionem, eles podem ser: sociais, culturais, regionais e históricas de seus falantes. As variedades linguísticas classificam-se como: Dialeto: modo particular de uso da língua numa determinada localidade. Diferente do que pensam muitos linguistas, o termo dialeto não serve para designar variedade linguística. Socioleto: É a variedade pertencente a uma determinada faixa etária, ou seja, modo próprio desta geração manifestar-se. (BAGNO, 2007, p.47-48).

<sup>7</sup> <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/as-tres-grandes-correntes-da-linguistica-moderna-estruturalismo-funcionalismo-e-gerativismo-3666858.html> Acessado em 25 de setembro de 2014.

Bagno (1999, p.9) acrescenta que variedades linguísticas precisam obedecer a três fatos importantes que são: o espaço geográfico (local ou região onde vivem seus usuários), a identidade sociocultural (a faixa etária e a escolaridade) e a nacionalidade dos imigrantes que colonizaram a região e que podem ser de origem italiana, espanhola, francesa.

Para produzir um livro mais atual sobre as ocorrências da oralidade no Brasil e a explicar para os habitantes do país, as histórias do surgimento das diferentes variações que aqui existem, um grupo de pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA, coordenados pelo professor Walter Koch, entre eles: Suzana Alice Marcelino da Silva (UFBA), Jacyra Andrade Mota (UFBA), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFBA), Mário Roberto Labuglio Zágari (UFJF), Vanderli de Andrade Aguilera (UEL), juntos produziram um projeto que recebeu o título de *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*.

Este projeto procurou elucidar algumas informações incoerentes que são difundidas entre os falantes, porém estes não sabem qual foi a sua origem. Como exemplo, os autores citam um tipo de variação dentro da língua, é possível citar a forma como a letra “R” é pronunciada em algumas regiões do país, em certas cidades do interior do estado de São Paulo ele assume a forma de retroflexo, este a forma de pronunciara letra R faz com que os falantes sofram preconceito pelo fator social que a língua traz, ou seja, por adotar esta fala o caipira acaba sendo visto pelos outros falantes como uma pessoa de pouca ou nenhuma instrução. Esta mesma forma de pronunciar a letra R é reproduzida no idioma inglês, e também pelo fator social da língua tem um alto grau de aceitação pelo fato de que os falantes terem este idioma como uma língua que lhes oferece status. Outro exemplo que Bagno (1999, p. 38) mostra é que

Na visão preconceituosa dos fenômenos da língua, a transformação de I em R nos encontros consonantais como *Cráudia*, *chicrete*, *praça*, *broco*, *pranta* é tremendamente estigmatizada e às vezes é considerada até como um sinal do “atraso mental” das pessoas que falam assim. Ora, estudando cientificamente a questão é fácil descobrir que não estamos diante de um traço de “atraso mental” dos falantes “ignorantes” do português, mas simplesmente de um

*fenômeno fonético* que contribuiu para a formação da própria língua portuguesa padrão.

Porém, os professores que elaboraram o *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*, consideram que este tipo de “R” é o único tipo legítimo do Brasil e que a sua origem vem da forma adotada pelos índios para se adequar a nova fala trazida nas caravelas pelos portugueses que aqui desembarcaram, ou seja, esta forma de falar em nada tem a ver com o nível de escolaridade de quem a utiliza e sim com a origem do nosso idioma oficial.

Por outro lado, a letra “R” pronunciada no estado do Rio de Janeiro possui a forma que é considerada exagerada e muito sonora por falantes de outro Estado e que dentro da fonética recebe o nome de R gutural, e que mais uma vez veio como herança da colonização de Portugal. Só que esta forma de pronunciar a letra “R”, foi uma reprodução feita pela família real portuguesa que aqui vivia, do idioma francês que naquela época era considerado um idioma de prestígio e de pessoas da alta sociedade.

Um tipo de Socioleto que é conhecido popularmente são as gírias que são utilizadas pelos falantes, e que tem como base a sua faixa etária e podem aparecer das mais variadas formas. Se antigamente uma mulher bonita era elogiada ao ser chamada de “broto”, hoje em dia as adolescentes sentem a mesma sensação ao ouvirem um sonoro “gatinha” ao passarem na rua. Não há como prever quais serão as próximas gírias que farão parte do vocabulário dos jovens e adolescentes, mas é possível entender que esta é uma prática que já faz parte da nossa sociedade.

Enfim, o primeiro capítulo procurou tratar sobre como se deu o surgimento da língua, intercalando fatos ocorridos na história do Brasil assim como fora dele, para que a questão da dinamicidade da língua fique esclarecida e auxilie no entendimento das demais características da língua ajude assim na compreensão do que é o preconceito linguístico, tema do segundo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### OS TIPOS DE PRECONCEITO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

#### 2.1 Origem da palavra Preconceito

O segundo capítulo desta pesquisa, apresentará uma abordagem sobre o seu tema principal que é o Preconceito Linguístico. Assim sendo, além de tratar do Preconceito Linguístico propriamente dito, ele também explicará as condições em que ele se expressa e como ele aparece dentro das salas de aula.

Como foi informado anteriormente no capítulo que se antecede a este, ainda em consoante com o trabalho desenvolvido para a construção do *Projeto Atlas Linguística do Brasil*, o Brasil durante o período da colonização abrigava aqui reis e rainhas que já nessa época engrandeciam valorizavam as falas que eram consideradas como mais prestigiosas demonstrando aversão às que não se adequavam a este padrão. Mas, como explica Antunes (2009, p.22).

a troca dos bens simbólicos, que constituem o patrimônio cultural dos grupos humanos, passa irremediavelmente pela mão dupla da interação verbal. Quer dizer, a linguagem é o suporte, a mediação pela qual tudo passa de um indivíduo a outro, de um grupo a outro, de uma geração para outra. E é importante o meio pelo qual se criaram e se instauram os valores que dão sentido a todas as coisas, inclusive ao próprio homem. Ninguém pode, pois, reduzir a linguagem à questão menor de falar certo, de falar sem erro.

Conforme a autora, o indivíduo utiliza a linguagem para se comunicar com os demais que convivem com ele dentro da mesma comunidade, e cada falante traz consigo um conhecimento de mundo e também sobre a sua língua materna que lhe é transmitido desde a infância por seus familiares. Por este motivo, em nenhum momento a oralidade ou a ortografia da língua devem receber o status de “certo” e “errado”, pois esta concepção só contribui para aumentar ainda mais a baixa autoestima linguística que já se faz tão presente entre os falantes.

Etimologicamente a palavra Preconceito pode ser dividida em duas partes, que servem para facilitar o entendimento do seu real significado: a primeira parte “pré” é um prefixo com origem no latim e transmite a ideia de

prévio ou o que vem antes de algo ou alguma coisa e “conceito” é um substantivo, que traz consigo uma posição que remete a opinião a de opinião ou uma avaliação feita sobre algo ou alguém<sup>8</sup>.

Juntando as duas partes que compõem a palavra, é possível entender que um indivíduo que faz uso de qualquer tipo de preconceito, pode assumir um comportamento com cunho de julgamento e essa conduta, é caracterizada por uma análise prévia do outro e esse modo de julgar traz consigo sérias consequências para suas vítimas, tanto da parte física quanto psicológica e que tendem a perdurar por toda a vida.

## 2.2 Preconceito Linguístico

Sobre este tema Bagno (2006, p.183) aponta que:

- Quando nós, falantes escolarizados de uma variedade urbana culta, rimos (ou temos pena) de alguém que diz prantá no lugar de plantar, aproveitamos essas diferenças de pronúncia para mostrar que nós não pertencemos àquela classe social, àquela comunidade atrasada”, que não fazemos parte daquele grupo desprestigiado... Queremos deixar bem clara a distância social, econômica e cultural que existe entre nós e aquele falante de não padrão. E é daí que nasce o preconceito linguístico...

Esta afirmação feita pelo autor demonstra que o tipo de preconceito que recebe o nome de preconceito linguístico tem como característica separar as pessoas de acordo com a variação linguística que elas utilizam e está muito mais ligado ao nível cultural e como status social do que com a escolaridade propriamente dita.

E que se por um lado o preconceito pode adotar uma forma velada, em que não fica explícita a resistência que alguns usuários da língua apresentam por determinados indivíduos, por outro lado, ele também pode adotar em uma sociedade formas tão severas que acabam tendo como consequência, a expulsão de quem não é aceito seja utilizando a violência contra este ou nos piores casos o homicídio ou suicídio propriamente dito. Ainda segundo Bagno (1999, p.40),

---

<sup>8</sup> <http://www.etimologista.com/2010/04/origem-do-preconceito.html> Acesso em 08 de setembro de 2014.

[...] Uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catálogos nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português.

Dessa forma, compreende-se que no território brasileiro, esse tipo de comportamento alcançou grandes dimensões devido ao fato de que seus falantes sempre acreditaram em uma unificação da língua que até então era tido como “correta” e que seus falantes não sabiam falar português.

Essa postura que procura sempre estigmatizar aqueles falantes que não fazem uso dessa forma de falar é baseada apenas na noção preconcebida de homogeneidade da língua. E este fato só torna o preconceito linguístico algo ainda mais presente na fala e na escrita dos falantes, mesmo que estes não percebam que o praticam constantemente.

Para Bortoni-Ricardo (2005, P.36),

A atribuição de prestígio a uma variedade linguística decorre de fatores de ordem social, política e econômica. Ao longo de toda a história brasileira, o português falado pelas classes mais favorecidas tem sido a variedade prestigiada em detrimento de todas as outras.

O preconceito linguístico é caracterizado por atitudes de certos usufrutuários da língua que ao adotarem para si um tipo de variação, acabam por propalar ao seu ponto de vista de que os demais falantes cometem erros em sua fala e em escrita. Porém ao praticar esta ação, esses indivíduos ignoram o fato de que pessoas diferentes, de ambientes diferentes e culturas diferentes falem diferentemente e essa atitude só faz com que pessoas se sintam menosprezadas, amedrontadas, passivas e inermes.



### **2.2.1 Onde o Preconceito Linguístico ocorre?**

Segundo Bagno (2007, p.35) a escola, a escrita e a literatura desde a sua invenção a menos de 6.000 anos, são instituições sociais, culturais e artificiais ao mesmo tempo em que podem ser consideradas recentes na história da humanidade.

Por se tratar de uma instituição social, a escola deveria abrigar a todos os tipos de alunos com o mesmo cuidado e atenção, não fazendo nenhum tipo de distinção entre eles, porém essa não é a realidade de todas as salas de aula que são ocupadas por alunos que fazem parte das redes de ensino de todo país, sejam elas públicas ou particulares.

Novamente conforme Bagno (2007), nos anos de 1960, mais precisamente nas escolas das redes públicas, houve uma mudança na ordem social devido ao fato de que as primeiras escolas terem sido construídas nas zonas urbanas essas escolas abrigavam pessoas pertencentes às classes médias e as altas das cidades, que eram uma parte considerada restrita da população como um todo.

Enquanto isso, os habitantes das zonas rurais permaneciam sem acesso aos estudos, pois naquela época essas zonas e as cidades pequenas não eram contempladas com escolas. Nesse mesmo ano, a população que vivia nas zonas urbanas correspondia a 45% dos brasileiros, segundo um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (BAGNO, 2007).

Já no ano de 2000 o mesmo Instituto revelou que 80% dos habitantes estavam concentrados nas grandes cidades, esse aumento considerável da população nas zonas urbanas gerou uma transformação dentro e fora da escola, conhecida como êxodo rural que consiste no abandono do campo por seus habitantes que decidem ir morar na zona urbana a procura de uma vida melhor.

Bagno (2007) baseado em seus estudos, explica que os professores que até então lidavam com legítimos representantes das classes altas em suas aulas receberam o desafio de educar os alunos que faziam parte das zonas rurais filhos de pais, que em sua maioria eram analfabetos, e que haviam se

deslocado para a cidade trazendo consigo as variações linguísticas as quais estavam acostumados a usar mais que até aquele momento eram desconhecidas para os educadores. Sobre isso, Antunes (2009, p.22) assevera que

Em qualquer língua, de qualquer época, desde que em uso, ocorreram mudanças, em todos os estratos, em todos os níveis, o que significa dizer que, naturalmente, qualquer língua manifesta-se num conjunto de diferentes falares que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua uniforme, falada em todo canto e em toda hora do mesmo jeito, é um mito que tem trazido consequências desastrosas para a autoestima das pessoas (principalmente daquelas de meios rurais ou de classes sociais menos favorecidas) e que tem confundido há séculos, os professores de língua.

A equipe que compõe a escola de um modo geral baseia seus trabalhos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que foram elaborados pelo Ministério da Educação e da Cultura – MEC, com o intuito de auxiliar os professores de todas as disciplinas que são lecionadas na escola, dentro da sua respectiva classe.

E dessa maneira aborda diversos temas que são pertinentes neste ambiente como, por exemplo: a interdisciplinaridade que deve existir entre uma matéria e outra para que assim o ensino se complemente dentro das aulas, a avaliação dos livros didáticos que serviram de material de apoio para os educadores, a elaboração de projetos educativos junto às turmas, entre outros.

E tudo isso de uma forma que respeite as concepções pedagógicas próprias e a pluralidade cultural brasileira que existe dentro da escola. E sobre o bom uso da língua dentro do âmbito escolar este manual esclarece que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

Neste trabalho, como a parte de observação foi realizada em uma escola de Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM, publicados em 2000 serão utilizados como embasamento teórico que norteia o trabalho. .

A vista disso é possível explicar que, de acordo com este manual que procura tratar os alunos que cursam este nível de ensino como futuros adultos, que muitas vezes já iniciaram a sua carreira no mercado de trabalho ou que decidiram retornar aos estudos após constituírem uma família:

A falta de sintonia entre realidade escolar e necessidades formativas reflete-se nos projetos pedagógicos das escolas, freqüentemente inadequados, raramente explicitados ou objeto de reflexão consciente da comunidade escolar. A reflexão sobre o projeto pedagógico permite que cada professor conheça as razões da opção por determinado conjunto de atividades, quais competências se buscam desenvolver com elas e que prioridades norteiam o uso dos recursos materiais e a distribuição da carga horária. Permite, sobretudo, que o professor compreenda o sentido e a relevância de seu trabalho, em sua disciplina, para que as metas formativas gerais definidas para os alunos da escola sejam atingidos. Sem essa reflexão, pode faltar clareza sobre como conduzir o aprendizado de modo a promover, junto ao alunado, as qualificações humanas pretendidas pelo novo ensino médio.

Esse “novo ensino médio” o qual se refere o guia é um novo modelo repensado para atender as necessidades dos estudantes que estão iniciando esta nova fase. Como a intenção dos autores ao elaborá-lo, era reformular o método utilizado em sala, eles consideraram o que acontece fora do ambiente escolar para que o novo modelo seja mais autêntico. Conforme apontado pelos PCNs (BRASIL, 2000) os grupos que antes eram considerados excluídos pelo fato de terem concluído apenas o Ensino Fundamental, hoje estão retornando as salas de aulas em busca de melhores condições de emprego visto que, há novas exigências no mundo do trabalho.

Ainda em consoante com o pensamento de Bagno (2007, p.33), o corpo docente, no período das décadas de 1950 e 1960, era formado por pessoas que viviam nas cidades, que tinham condições de viajar, conhecer outros países, outras línguas e de comprar livros escritos por bons autores. Essas

pessoas traziam na fala marcas das variações linguísticas urbanas, que eram transmitidas nas escolas e que tinham como característica, entre outros aspectos, o policiamento linguístico.

Bagno ainda explica que devido a essa fala urbanizada dos professores, estes procuravam instruir as suas turmas de acordo com regras decorrentes da norma-padrão, seguindo o que era tido pela escola como a única maneira correta. Este modelo de certo e errado ainda nos dias atuais é propagado por esta entidade ao seu público. Destarte Possenti (1996, p. 17) avalia que

As razões pelas quais não se aprende, ou se aprende, mas não se usa um dialeto padrão, são de outra ordem, e têm a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis.

Porém com a ocorrência de êxodo rural, os estudantes vindos das zonas rurais começaram a ocupar seus lugares nas salas destes educadores que antes trabalhavam apenas com as crianças oriundas das cidades, estes profissionais não sabiam como lidar com o seu novo público. Isso pelo simples fato de que os alunos deste meio, por sua vez, traziam em sua fala outro tipo de variação linguística que não seguiam a norma-padrão. Para Soares (2002, p. 16),

Pode-se dizer que a ideologia da deficiência cultural tem sua origem e seu mais importante argumento no conceito de déficit linguístico; chegou-se mesmo a surgir a existência de uma “teoria da deficiência linguística”, que explicaria o fracasso escolar das camadas populares. Por outro lado, a ideologia das diferenças tem seu principal suporte em estudos da Sociolinguística sobre a linguagem das camadas populares, que a pesquisa mostra ser diferente da linguagem socialmente prestigiada, mas não inferior nem deficiente; são estudos que constituem o principal fundamento da contestação da ideologia da deficiência cultural e linguística.

Ainda durante esta época, conforme estudos realizados por Bagno (2007), material didático que era utilizado pelos educadores, não atendia as necessidades dos falantes do campo, no que diz respeito a sua alfabetização, pois não estavam devidamente preparados para atender a um público muito maior e muito mais diversificado, em relação a três pontos importantes: o sociolinguístico, o sociocultural e socioeconômico.

Conforme a obra Nada na Língua é Por Acaso, a formação que os professores recebiam não os preparava para lidar com essa realidade tão diferente e dessa maneira, a variação linguística não era objeto de estudo, pois era tida como a forma errada de se pronunciar a língua e não se aceitava outra opinião que tratasse esse assunto de forma contrária.

Mas é a partir desse ano de 1960, como afirma Bagno (2007), que as variações linguísticas, assumem uma forma cada vez mais presente na realidade que compete à escola e que continua até os dias de hoje.

### **2.2.2 A visão da Escola**

A escola, seja ela do segmento público ou particular, é uma entidade onde se acredita que os conhecimentos das diferentes matérias que aí são difundidas, servem para auxiliar os alunos a terem uma boa educação e assim obter uma excelente óptica sobre o seu futuro. Entretanto nem sempre é isso que acontece, pois a escola não transmite apenas sabedoria, mas também os seus valores dentro da sociedade.

A autora Silveira (1997, p.18), em sua obra, também utilizou seus estudos e pesquisas para explicar a visão da escola brasileira, e sobre isso apontando que

Segundo CAGLIARI, a sociedade se apega a fatos linguísticos, que, por si só, são neutros a fim de usá-los como argumentos para seus preconceitos. Logo, se a escola ignora o dialeto do aluno, principalmente daqueles oriundos das classes populares acaba por reforçar a imposição de uma determinada variante – àquela considerada padrão – incorporando e ratificando os preconceitos sociais decorrentes da não aceitação dos dialetos dos grupos com pouco ou nenhum prestígio social.

Tomando como base esta afirmação feita pela autora, é possível entender que a escola muitas vezes não procura transmitir somente conhecimentos, com o intuito de facilitar o aprendizado dos seus alunos. Ela acaba por impor a sua visão sobre o que é certo e errado para o seu corpo discente, seja por meio de textos contextualizados das gramáticas trabalhadas em sala de aula, das conversas informais ou questões que são levantadas

durante as explicações dos conteúdos que nem sempre formam um cidadão que vai seguir seu próprio pensamento, criticar e debater o que está errado, segundo suas crenças.

Ainda sobre a linguagem, a questão sobre o que é certo e errado é reforçada por professores de português quando eles começam a utilizar a gramática durante as aulas, o que não exclui o fato de que professores de outras disciplinas também serem responsáveis por propagar o preconceito linguístico em suas aulas. Para Possenti (1996, p.18),

Dado que a chamada língua padrão é de fato o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório para os grupos sociais menos favorecidos, como se fosse o único dialeto válido seria uma violência cultural. Isso porque, juntamente com as formas linguísticas (como a sintaxe, a morfologia, a pronúncia, a escrita), também seriam impostos os valores culturais ligados às formas ditas cultas de falar e escrever, o que implicaria em destruir ou diminuir valores populares.

Com essa atitude, o professor acaba por fazer uma divisão entre seus alunos, mesmo que ele não perceba, pois, dentro de uma sala com aproximadamente quarenta alunos por turma e onde cada um possui a sua singularidade e a sua história particular fora daquele ambiente é quase impossível não haver também variedades com relação à oralidade e a escrita. E o professor, baseado na ética e no bom senso deve adotar uma atitude respeitadora e compreensiva com relação a este fato. Bortoni (2004, p.37), ao estudar essas atitudes dentro de sala, assegura que

até hoje, os professores não sabem muito bem como agir diante dos chamados “erros de português”. Estamos colocando a expressão “erros de português” entre aspas porque a consideramos inadequada e preconceituosa. Erros de português são simplesmente diferenças entre variedades linguísticas.

Essa afirmação da autora torna-se importante nesse contexto porque existem aqueles que desde pequenos tiveram algum tipo de contato com livros, jornais, revistas e outros tipos de textos, e esse hábito auxilia esse grupo de alunos que demonstre uma facilidade maior para ler e interpretar e também desenvolver bem a sua oralidade.

Já grupo que segue na direção contrária a este, não possui contato com nenhum tipo de texto seja em forma de livros, jornais, etc, e acabam por demonstrar dificuldades com relação à leitura, à escrita e também à oralidade e por este fato estão sujeitos a todo tipo de preconceito. Os alunos que sofrem com esse tipo de discriminação são prejudicados de formas diversas e na tentativa de evitar que essas atitudes de reprovação sejam constantes, eles acabam por tentar se adequar aos padrões linguísticos da sociedade que vivem que procura valorizar apenas variações linguísticas consideradas de prestígio.

Para Bortoni-Ricardo (2004) como forma velada, o preconceito na escola assume na forma prática, comportamentos que variam entre brincadeiras e zombarias feitas na relação aluno-aluno e na relação aluno-professor. Também aparece por meio de palavras ou gestos que demonstram reprovação de algo que foi dito pelo aluno em sala. E isso pode acontecer em todos os níveis de ensino, sob o que assevera o raciocínio de Silveira (1997, p.10) quando aborda o fato com a educação das crianças em que constata que

Estas crianças, que fora da escola são espertas e curiosas dentro dela tornam-se apáticas, desmotivadas e indisciplinadas. Este comportamento pode ser lido como uma forma de reivindicação que raramente se manifesta explicitamente.

Os profissionais que se dedicam a trabalhar com a educação, independente do nível ao qual se dedicam, devem procurar cumprir o seu juramento de preservar a boa qualidade da troca de conhecimentos que fazem parte do ambiente da sala de aula e não limitá-la a questões de impor apenas a sua visão ao seu alunado. Pois esta experiência de troca de conhecimentos deve ser baseada no respeito, sobretudo a pessoa que o seu aluno é, dentro e fora da sala de aula.

### 2.2.3 A invenção da Gramática e seu uso em sala de aula

Pra uma melhor compreensão sobre o tema principal deste trabalho é necessário antes entender alguns dos termos que fazem parte dele e o que eles significam, sendo eles: Língua, Norma e Padrão. Para a autora Neves (2004, p.20) esses termos possuem as seguintes definições:

Língua – A língua não é um sistema uno, invariado, mas, necessariamente, abriga um conjunto de variantes.

Norma – Norma é, em qualquer caso, um conceito de estatuto não apenas linguístico, mas também sociopoliticocultural.

Padrão – Assume-se, ainda, que um padrão linguístico que se proponha fora da observação dos usos não constitui um padrão real.

Estes termos citados acima farão parte de tudo que diz respeito ao tema preconceito linguístico, esses conceitos já são conhecidos pelos estudiosos da língua, mas nem sempre são apresentados aos leigos que, além de não conhecer o seu significado, também não sabem diferenciar um do outro, e mesmo assim se veem obrigados a conviver diariamente com eles quando iniciam o aprendizado sobre a gramática.

Ainda segundo a obra de Neves (2005, p. 116), os primeiros estudos que deram origem ao que hoje chama-se de gramática tiveram início na Índia na idade chamada de Idade do Ferro, e lá, em princípio recebeu os comentários de Yaska (VI a.C), Pāṇini (IV a.C.) e seus comentadores Pingala (200 a.C.), Katyayana, e Patandjáli (II a.C).

Mas foi na Grécia, baseado nos estudos feitos pelos *philólogos*, que eram os interessados pela cultura em geral e foram os responsáveis pelos estudos mais elaborados, e se tem a origem da palavra, que deriva do grego γραμματική, transl. *grammatiké*, feminino substantivado de *grammatikós* e em português é pronunciado como Gramática.

O primeiro gramático segundo a história foi o grego Dionísio de Trácia que foi o responsável por elaborar a primeira descrição explícita da sua língua materna. Para Neves (2005, p.116), este importante personagem da história da língua define essa disciplina “ela é prática, não expeclativa, não é uma disciplina filosófica, pois nasce justamente porque se fixam domínios



autônomo com limites e assim se fiza, fora do âmbito filosófico, um domínio totalmente linguístico”.

E os seus conterrâneos sempre procuraram valorizar tudo que estava relacionado à estética, seja nas artes ou na escrita. Nas artes é possível perceber esta característica nas curvas perfeitas de suas esculturas e na escrita uma forma mais rebuscada na hora de escrever.

No século III a.C, o rei Alexandre era o responsável por governar Alexandria no Egito e durante o seu reinado, o jovem rei considerou importante a ideia de normatizar a língua, ou seja, segundo Bagno (1999,p.63), “criar um padrão uniforme e homogêneo que se ergueu acima das diferenças regionais e sociais para se transformar num instrumento de unificação política e cultural.”

Conforme esse raciocínio proposto há anos durante o reinado de Alexandre, os professores atualmente são orientados a adequarem o seu planejamento seguindo o que está escrito nos diferentes tipos de gramática e o fazem tentando contextualizar o que é dito durante as aulas. Porém, novamente Silveira (1997, p.18) aponta que há uma diferença muito grande entre as formas que a língua apresenta: a fala e a escrita.

A fala mesmo sendo dinâmica, possui regras, mas estas por sua vez nem sempre são seguidas de fato pelos falantes já que esta em constante mudança. Já a escrita, traz consigo uma demanda maior de exigência para que sempre em concordância com as regras apresentadas nos diferentes tipos de Gramática e que regem os dois formatos da língua, mesmo sendo a forma menos usada da língua.

Essa desconformidade existente no idioma recebe da autora o nome de distanciamento devido ao valor da importância que eles recebem, para melhorar o entendimento Silveira (1997, p.19), cita um tipo específico de Gramática para exemplificar: a Gramática Normativa.

Este tipo de gramática se baseia em normas que procuram amparar os falantes, mas a visão deste manual, “ignora a relevância do fator cultural prescreve regras do bom uso da língua” (Silveira, 1997, p. 30) não procura primeiro respeitar os valores culturais e linguísticos dos usuários da língua.

### 2.2.4 Como o preconceito Linguístico ocorre?

Ainda se tratando do contexto escolar, existe também a norma culta que é um grande motivo de dúvida e confusão entre os falantes. Segundo Faraco (2008, p. 25),

a expressão norma culta caiu como uma luva. Não era uma expressão desgastada (porque era, até então, de uso restrito) e vinha do discurso científico (o que lhe garantia certo pedigree). Passou a ser usada, então, em substituição ao termo gramática.

Mas na prática, a norma culta, assim como as demais, está ligada aos valores sociais da comunidade de fala que faz uso dela, e corresponde ao uso linguístico de prestígio e de formalidade, sendo também passível de variações ainda, segundo o mesmo autor (2008, p.40).

Para Bortoni-Ricardo (2005, p. 270) a parte que corresponde a fala, o aluno passa a se policiar todas as vezes que solicita a palavra durante uma explicação ou faz alguma pergunta, porque não é raro que o professor o repreenda caso encontre alguma falha seja na concordância verbal, nominal ou o uso de gírias.

Por estarem sempre expostos a situações em que uma norma é valorizada ao mesmo tempo em que a outra que também está inserida na fala mais é considerada inferior e desprestigiada, os alunos acabam por adotar essa visão e praticam o preconceito linguístico em suas relações com outros falantes.

A autora Soares (2002, p. 41) ao estudar a forma com que a linguagem e a escola se relacionam, expõe a sua visão sobre essa relação refletindo que

Os demais dialetos – de grupos de baixo prestígio social – são avaliados em comparação com o dialeto de prestígio, considerando a norma-padrão culta, e julgados, naquilo em que são diferentes dessa norma, “incorretos”, “ilógicos” e até “feios”. Essas atitudes em relação aos dialetos não padrão não são linguísticas; são atitudes sociais culturalmente apreendidas, pois se baseiam em valores sociais e culturais, não em conhecimentos linguísticos. Na verdade, são julgamentos sobre os falantes, não sobre a sua fala.

Como a língua possui, entre outras características, um valor social alguns usuários da língua sem qualquer conhecimento científico lhe conferem ainda

mais características como o fato que quem fala de maneira “correta” possui um nível mais de escolaridade e isso lhe confere um alto valor dentro da sociedade. E os demais falantes que não conseguem atender a essas exigências, também são julgados pelo valor social e recebem o título equivocados de menos escolarizados.

### **2.2.5 A heterogeneidade da língua**

Com quanto apoiar esta ideia de que a língua possui uma forma homogênea é desrespeitar o fato de que desde a sua invenção, como já foi esclarecido no início deste capítulo, ela vem sofrendo modificações tanto na fala como na escrita para conseguir se adequar às mudanças daqueles que fazem uso dela, Antunes (2009, p. 21) confirma a heterogeneidade da língua ao apontar que

a língua, por um lado, é provida de uma dimensão imanente aquela própria do sistema em si mesma, do sistema autônomo, em potencialidade, conjunto de recursos disponíveis; algo pronto para ser ativado pelos sujeitos, quando necessário. Por outro lado, a língua comporta a dimensão de sistema preso à realidade histórico social do povo, brecha por onde entra a heterogeneidade das pessoas e dos grupos sociais, com suas individualidades, concepções, histórias, interesses e pretensões. Uma língua que, mesmo na condição de sistema, continua fazendo-se construindo-se.

Apoiando esta ideia de que a língua apresenta uma forma heterogênea, em que todas as maneiras de usá-la devem ser aceitas sem ressalvas, pois cada uma sua maneira possui o seu valor por isso devem ser respeitadas. Mollica e Braga (2004, p.24) apoiam esta ideia de heterogeneidade da língua tanto na fala como na escrita e dessa forma propagam esta ideia para o seu público leitor.

E sobre esta característica inerente da língua, os mesmos autores asseveram que “encontram-se assim formas distintas que, em princípio se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo.”

Propagar ou apoiar a ideia de que a língua é algo parado, único e homogêneo é ser totalmente incoerente e não valorizar toda a trajetória de mudanças e adequações que a língua vem fazendo ao longo dos anos para atender as necessidades daqueles que fazem uso dela.

### **2.2.6 Como Preconceito Linguístico se expressa?**

O preconceito linguístico, que já foi discutido nos subitens anteriores, tem como característica principal o fato de tentar transmitir aos falantes uma única ideia sobre o que determinados usuários da língua consideram o que é “certo” e “errado” tanto na fala como na escrita, e assim deixar à margem aqueles que não se adequam a essas regras.

Nesta seção, será abordado o modo como ele se expressa. Conforme o raciocínio elaborado por Kleiman (2006, p.183), quando a autora explica que

É de grande valia mostrar que a língua falada é variada que a noção de um dialeto-padrão uniforme (não apenas no português, mas em qualquer língua) é uma noção teórica e não tem um equivalente empírico, ou seja, o dialeto-padrão, de fato, não remete a falantes reais. Neste contexto, analisar a fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística bem como suas formas de disseminação. Além disso, é uma atividade relevante para analisar em que sentido a língua é um mecanismo de controle social e reprodução de esquemas de dominá-lo e poder implícitos em usos linguístico na vida diária, tendo em vista seu íntimo, complexo e comprovadas relações com as estruturas sociais.

Como a própria autora aponta, não há apenas um único modo de falar ou de escrever que seja absolutamente correto ou absolutamente errado, e o mau entendimento deste conceito de que não há erro faz com que os falantes passem a agir de maneira preconceituosa em suas relações sócio comunicativas.

Sobre o uso da norma padrão, Kleiman (2006) também sugere que o ensino desta norma na maioria das vezes não aproxima os usuários que utilizam as demais formas de linguagem, pelo contrário, a norma padrão se

distancia dos falantes, que acreditam que não sabem falar a língua corretamente já que a norma imposta a eles é difícil de compreender e de ser empregada. Por conta dessa opinião, é que o ensino da gramática nas escolas aparece como um verdadeiro desafio para professores e alunos.

### 2.2.7 Como a Linguística foi ensinada aos docentes?

Os professores ainda na faculdade aprendem sobre a Linguística, que é uma matéria que foi inserida no currículo dos cursos de Letras vigentes no Brasil, desde o ano de 1962, ano em que por meio da Resolução S/n de 19 de outubro, o Conselho Nacional de Educação – CNE instituiu a Linguística como uma disciplina que deveria ser incluída no currículo básico dos estudantes de Letras:

Art. 1º. – O currículo mínimo dos cursos que habilitam à licenciatura em Letras compreende 8 (oito) matérias escolhidas na forma abaixo indicada, além das matérias pedagógicas fixadas em Resolução Especial:

1. Língua Portuguesa
2. Literatura Portuguesa
3. Literatura Brasileira
4. Língua Latina
5. **Linguística**

Três matérias escolhidas dentre as seguintes:

- a) Cultura Brasileira
- b) Teoria da Literatura
- c) Uma língua estrangeira moderna
- d) Literatura corresponde à língua escolhida na forma da letra anterior
- e) Literatura Latina
- f) Filosofia Romântica
- g) Língua Grega
- h) Literatura Grega (grifo nosso)

Com o intuito de compor um currículo o mais completo possível, para que a formação do docente fosse adequada à realidade da área em que ele pretendesse atuar, esta disciplina que também é uma parte da ciência que estuda a língua, passou a ser integrante do aprendizado do professor, para o

que este conheça na teoria, as peculiaridades e diferenças presentes no universo pessoal dos seus alunos.

Para Possenti (1996, p.29) mesmo conhecendo um pouco da parte teórica que envolve a Linguística, muitos profissionais ao colocarem em prática o que aprenderam não levam em consideração os conhecimentos que o aluno já possui com relação a sua língua materna. Esses professores na tentativa de tornar eficaz o aprendizado do seu alunado muitas vezes, acabam por prejudicá-los e é nesse contexto que o preconceito linguístico se expressa o fracasso escolar entra em questão.

Bagno (1999, p.9) também trata dessa questão em seus livros, e dessa forma o autor assevera que a gramática normativa e a língua são ocorrências totalmente distintas, pois

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história entre a língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo [...] Também a gramática não é a língua.

Seguindo o que foi afirmado pelo autor, é possível compreender que embora a língua e a gramática sejam distintas, cada uma das duas possuiu grande relevância dentro do universo escolar. É claro que o uso da gramática é um fator importante do ensino da língua, pois com o uso dela o aluno aprende as regras que irão auxiliá-lo tanto na fala como na escrita, durante toda a sua fase escolar e também quando se tornar um profissional.

E a relação entre o ensino da gramática e a língua deve ser construída na complementação de uma com a outra, não deixando transparecer aos usuários que uma tem maior importância. O ensino da gramática por sua vez, nunca deve adotar uma postura de imposição de regras. Pois dessa forma o aluno é o mais prejudicado e esse prejuízo ultrapassa os muros da escola, e recebe entre outros, o nome de fracasso escolar.

Em poucas palavras, o fracasso escolar representa a insuficiência de pontuação, obrigatória para que o estudante seja considerado apto para seguir para a série seguinte a que ele está cursando. Mas para Aquino (1997, p.21)

O fracasso escolar, que tem sido concebido como fracasso do aluno ante as demandas escolares, é hoje provavelmente o maior empecilho à democratização das oportunidades de acesso e permanência da grande massa da população em nossas instituições escolares. É nesse sentido, o maior sintoma da crise de nossas escolas. E tal crise tem sido desastrosa, não simplesmente pelo número inaceitável de alunos reprovados, mas também porque a ela temos respondido de forma invariavelmente preconceituosa atribuindo sempre ao aluno as causas do fracasso. As poucas tentativas de escapar desse julgamento atribuem, em geral, o fracasso a condições exteriores à escola, à desigualdade e perversidade sociais. Esses fatores evidentemente têm um peso considerável no processo, mas seria no mínimo ingênuo supor que as práticas escolares não tenham influído decisivamente para que esse quadro não se altere.

Para não se comprometer com relação a culpa pelo insucesso dos seus aprendizes, a escola procura mostrar que fez todo o possível para que seus estudantes obtivessem êxito no que diz respeito ao ensino. E dessa forma, coloca toda a culpa do que é considerado fracasso no próprio aluno, como afirma Possenti (1996, p.20):

as razões podem ser de ordem metodológica (pedagógica) ou decorrentes de valores complexos. Alguns desses empecilhos podem ser distribuídos na própria escola. Outros, não. Alguns dos problemas que levam ao fracasso têm a ver com a forma como se concebem a função e as estratégias do ensino de língua. A única opção de uma escola comprometida com melhoria da qualidade de ensino está entre ensinar ou deixar aprender [...] Ou qualquer outra implica em conformar-se com o fracasso ou pior, em atribuí-lo exclusivamente aos alunos.

Se para o aluno a questão do fracasso interfere na sua autoestima, fazendo com que ele se sinta ainda mais excluído do resto da turma, para o professor a forma como ele utiliza a gramática é um verdadeiro desafio diário, isso ocorre pelo fato que ele não consegue transmitir com clareza, a importância que esse ensinamento representa.

Percebe-se isso no discurso da Kleiman (2006, p.201), “o problema não é o surgimento das perguntas, desejáveis para a aprendizagem, mas a ausência de respostas convincentes na grande maioria dos casos.” A autora também afirma que esta ausência de respostas convincentes por parte dos educadores, só mostra que eles não encontram uma razão convincente para dar aos alunos sobre o porquê ensinam de uma determinada maneira e deixam

transparecer que exercem algumas vezes uma prática docente alienada de seus propósitos básicos.

Essas divergências só servem para propagar ainda mais o pensamento de que os brasileiros em qualquer idade, profissão ou naturalidade ainda não sabem falar bem o português, já que a língua com todas as suas regras, exceções e construções, torna-a algo totalmente distante dos seus falantes.

E essa desculpa de que “o português é muito difícil” só afasta os falantes dos estudiosos e os estudantes dos livros, principalmente da gramática prejudicando ainda mais a sua educação no presente também em um futuro próximo. Assim como afirma Possenti (1996, p. 27),

português é uma língua tão fácil que qualquer criança que nasce no Brasil (e em alguns outros lugares) a aprendem em dois ou três anos. E é tão difícil que os gramáticos e linguísticos não conseguem explicá-la em sua totalidade. E o mesmo vale para o chinês, o guarani, o alemão, o bantu, o japonês, etc. A questão é exatamente igual em cada país ou para cada língua. (não se deve confundir capacidade ou dificuldade de aprender uma língua com a de aprender a escrever segundo determinado sistema de escrita).

A gramática é um tipo de manual que mesmo apresentando vertentes que se se diferenciam, serve para explicar as regras que permeiam a língua a nossa língua. Seu bom uso traz inúmeros benefícios aos falantes, pois estes passam a conhecer o real significado para empregar um verbo, um artigo entre outros da maneira como deve ser, seja no trabalho, na escola ou em qualquer outro ambiente. Porém o seu mal uso também pode acarretar ideias contraditórias que só iriam trazer mais dúvidas e confundir a cabeça dos seus usuários.



## CAPÍTULO 3

### 31. METODOLOGIA

Nesta etapa da presente pesquisa, os conceitos difundidos pela pesquisa qualitativa foram utilizados visto que, foram os mais adequados para o tipo de ambiente e público escolhidos para a realização da pesquisa de campo.

#### 3.2 Pesquisa Qualitativa

Entre os tipos de exploração, existem dois que são bastante usados em pesquisas que são: a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Neste trabalho, especificamente, o método de pesquisa qualitativa será utilizado para analisar os dados colhidos durante a observação ocorrida na disciplina de Estágio II.

Primeiramente, a pesquisa qualitativa segundo Neves (1996, p.01) pode ser definida como aquela que

costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco e interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequentemente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Enquanto as pesquisas quantitativas, de acordo com a mesma obra de Marconi e Lakatos (2005, p. 184) “[...] geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional)”

Para tal foi feita, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica com os autores: (BAGNO, BORTONI-RICARDO, SILVEIRA, SOARES, POSSENTI) entre outros que realizaram estudos nas áreas que envolvem a Sociolinguística e o Preconceito Linguístico.

### 3.3 Localização e os participantes

O local onde ocorreu a pesquisa foi o Centro de Ensino Médio 01 em Sobradinho – CEM 01 de Sobradinho e teve como participantes os alunos de sete turmas do 1º ano. Sobre isso, Alves-Mazzoti e Gewandsznadizer (2002, p. 162) asseveram que

ao contrário do que acontece nas pesquisas tradicionais, a escolha do campo onde serão colhidos os dados, bem como dos participantes é proposital, isto é, o pesquisador os escolhe em função das questões de interesse do estudo e também das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos.

A designação da escola não aconteceu de maneira aleatória, pois nesta instituição está localizada em uma área em que existe um nível socioeconômico bom, porém ainda assim há a presença de desigualdade social, onde alunos mais abastados dividem a sala com alunos pertencentes as classes menos favorecidas e esta desigualdade já é um dos motivos de preconceito entre os estudantes. Nesta área foi possível encontrar também outra escola, particular onde leciona freiras e padres, e dessa forma é possível notar alguns contrastes sociais, pois existem casas simples e mais requintadas em um mesmo espaço.

Nesta escola, trabalham aproximadamente trinta (30) professores nos turnos da manhã e da tarde. O corpo docente é composto por educadores com faixas etárias diferentes, e todos possuem uma boa relação com suas turmas e em alguns casos trabalham com alunos de todos os anos do ensino médio. Os componentes da direção, em boa parte são ex-professores e procuram realizar um bom trabalho junto aos alunos e aos demais funcionários da instituição.

O foco da pesquisa foi observar e analisar o dia a dia dos alunos de sete turmas, com aproximadamente quarenta estudantes por turma, que estão cursando o 1º ano do ensino médio, em sala de aula e a e como se dá a sua interação com o professor regente.

Uma professora que ministrava aulas de Língua Portuguesa, no Centro de Ensino Médio I, teve suas aulas observadas durante três semanas e em nenhum momento houve interferência do observador, equivalente ao que foi dito sobre a pesquisa de campo por Marconi e Lakatos (2005, p.188):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.

### 3.4 Observação e Questionário

Além disso, a observação não participante mostrou-se, para este contexto de pesquisa, a mais adequada, pois, em conformidade com Marconi & Lakatos (2005, p.195):

a observação não-participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem interagir com ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático.

A escolha deste tipo de observação onde em nenhum momento há interferência do observador no meio mostrou-se o mais adequado pelo fato que ela ocorreu em uma escola que trabalha com alunos que cursam o Ensino Médio, e nesta etapa do ensino os jovens nem sempre se mostram abertos a exporem suas opiniões sobre o tema que permeia o trabalho que é o preconceito linguístico, seja ele velado ou explícito.

Para complementar a pesquisa, foi elaborado um questionário para os professores que lecionam diferentes disciplinas (inglês, português, história...) , no Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho 1 e também no Centro Educacional 04 de Sobradinho II .

O uso do questionário foi necessário visto que consoante com os autores Marconi e Lakatos (2005, p.195) “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

### 3.5 Análise e Interpretação

Em concordância com Marconi & Lakatos (2005, p.169), o próximo capítulo se divide em duas etapas: Análise e Interpretação. Sendo que:

Análise (ou explicação): É a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores.

Interpretação: É a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos.

E dessa forma, a análise dos dados colhidos durante o período de observação dentro da escola ocorreu de uma forma em que os fatos ocorridos nas aulas de língua portuguesa que possuíam alguma ligação com o preconceito linguístico foram registrados, para em seguida serem comparados ao que foi exposto pelos autores no que corresponde à parte teórica da pesquisa. Na interpretação, foi empreendida uma maior compreensão dos registros elaborados juntamente com os alunos durante a observação não participante em sala, dando um sentido maior de compreensão a investigação.

Além da observação no Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho I, também foi realizada a aplicação de questionário no Centro Educacional 04 de Sobradinho II, as duas unidades escolares estão estabelecidas em meio a uma região residencial e trabalham com alunos que estão no Ensino Médio.

## **CAPÍTULO 4**

### **ANÁLISE DA PESQUISA**

Esta etapa da pesquisa corresponde à análise de todos os dados que foram coletados durante a pesquisa de campo. Estes dados correspondem à observação realizada em sala durante as aulas de Língua Portuguesa, com os alunos que cursam o 1º ano do Ensino Médio no Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho – CEM. A análise será dividida em duas partes para que haja uma melhor compreensão sobre o perfil social dos educadores assim como das atitudes que caracterizam o preconceito linguístico por parte dos alunos, sendo elas: Observação e Questionário.

A observação foi elaborada com base em fatos ocorridos durante três semanas dentro de sala, durante as aulas de Língua Portuguesa de uma escola de Ensino Médio em Sobradinho I. Como foi explicitado na Metodologia, esta etapa utilizou a forma não-participante e em nenhum momento houve interferência no ambiente que serviu como base para a sua composição.

Durante há primeira semana, a docente fez uso do recurso Datashow para transmitir uma vídeo-aula aos alunos. Após a exibição do vídeo, ela abria espaço para que a turma tirasse dúvidas sobre o conteúdo ministrado, e neste momento quando algum estudante interrompia a explicação para perguntar:

“- Professora posso ir no banheiro?”

Algumas vezes a professora repreendia o aluno com relação ao uso inadequado da fala e outras vezes, ela simplesmente ignorava o erro na fala do questionador. Sobre esta questão da existência do erro na fala, Bagno (1999, p. 52) assevera que

infelizmente, existe uma tendência (mais um preconceito!) muito forte no ensino da língua de querer obrigar o aluno a pronunciar “do jeito que se escreve”, como se essa fosse a única maneira “certa” de falar português.

Logo nos primeiros dias foi possível perceber que dois alunos eram alvos constantes de preconceito em sala, estes dois, por serem de origem de dois estados nordestinos (Piauí e Pernambuco), trazem consigo um sotaque característico da sua região na fala, e por conta disso perderam de certa forma a sua identidade dentro de sala, pois não são mais chamados pelos respectivos nomes de batismo pelos demais alunos.

O rapaz não era chamado pelo seu nome, e sim de “Piauí”, e não demonstrava qualquer reação ao ser alvo de brincadeiras e chacotas. Já a moça, que recebeu o apelido maldoso de “Pernambuco”, não se conformava com esta situação e cada vez que alguém trocava intencionalmente seu nome, ela fazia questão de não responder ou então diz seu nome para que a pessoa se corrigisse.

A questão dos dois alunos que foram citados em destaque apresenta a ideia de que a língua é um fator social de interação entre os falantes, conforme mostra Bortoni-Ricardo (2005, p.16):

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e não recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para firma-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades. A atribuição de prestígio a uma variedade linguística decorre de fatores e ordem social, política e econômica. A o longo de toda história brasileira, o português falado pelas classes mais favorecidas tem sido a variedade prestigiada em detrimento de todas as outras.

Entretanto, os dois alunos adotam uma postura de inferioridade com relação aos demais, pois pouco se manifestavam durante as aulas, não expunham a sua opinião para que assim a sua fala “diferenciada” não fosse alvo de risadas e constrangimentos, estes estudantes também preferem se sentar ao fundo da sala e não demonstraram ter vínculos de amizade com os outros componentes da turma e nem com a docente.

Em meio a esta situação explícita de preconceito linguístico, a professora em momento algum se manifestou. A autora Soares (2002, p.17) acredita que

nesse quadro de confrontos culturais, a linguagem é também o fator de maior relevância nas explicações do fracasso escolar das camadas populares. É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e gera discriminações e fracasso: o uso pelos alunos provenientes das camadas populares de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagens, já que a escola usa e quer ver usada a variante - padrão socialmente prestigiada.

Na segunda semana, a educadora propôs um debate aos alunos sobre um texto do autor José Saramago, que foi trabalhado nas aulas anteriores em forma de grupo. Antes de dar início à atividade, a professora pediu para que alguns participantes dos grupos escrevessem as questões levantadas a partir do texto de Saramago no quadro, e sempre que identificava algo escrito de forma incorreta, fazia a correção oralmente diante da turma, fazendo com que o aluno reescrevesse rapidamente a sentença.

Quando os alunos se sentaram em forma de círculo, o debate começou. A cada vez que algum estudante pedia a palavra, a mestre concedia, porém, continuava fazendo correções na fala dos alunos. Esse comportamento da docente abria espaço para que os demais alunos fizessem zombarias com que havia sido corrigido, fazendo com que alguns alunos se sentissem inibidos a falar e expor a sua opinião. Sobre isso Bortoni (2004, p.42) explica que

é preciso conscientizar o aluno quanto às diferenças para que ele possa começar a monitorar seu próprio estilo, mas esta conscientização tem de dar-se sem prejuízo do processo de ensino/aprendizagem, isto é, sem causar interrupções inoportunas. Às vezes será preferível adiar uma intervenção para que uma ideia não se interrompa. Mais importante ainda é observar o devido respeito às características culturais e psicológicas do aluno.

Ainda na mesma semana, a docente aplicou um teste em dupla sobre os poemas de Luís de Camões, como alguns estudantes tiveram dúvidas sobre as

palavras utilizadas e sobre o modo como ele escrevia, ela permitiu que alguns buscassem livros na biblioteca e ao ouvir o questionamento:

“– Professora, posso ir na biblioteca buscar uns livro?”

Ela fazia a correção, sem explicar onde estavam os “erros” encontrados por ela na fala do aluno. Após o intervalo, quando algumas alunas chegaram atrasadas e pediram para entrarem na sala com a seguinte pergunta:

“– Professora, a gente pode entrar? Chegamos atrasadas porque estava na direção.”

Após a interrogação, a professora mais uma vez fez a correção na fala da aluna que lhe fez a pergunta, de uma forma que fez com que os alunos que estavam juntos com ela, se sentissem envergonhados por terem utilizado a fala de forma “errada” na porta da sala de língua portuguesa, já que é nesta sala que eles aprendem ou deveriam aprender a fazer um bom uso da sua língua materna segundo o que ensina a gramática.

Ao efetuar a correção dos testes aplicados no decorrer da semana, a educadora mostrava a sua reprovação também na escrita, quando fazia uso de uma caneta de cor vermelha para circular tudo que estava escrito de forma “incorreta” com relação às construções gramaticais.

Em uma conversa informal, da professora com uma aluna, a educadora ao ouvir o que ela estava lhe dizendo não a corrigiu de imediato, mas fez uma expressão facial que demonstrava desaprovação com a forma escolhida pela adolescente para se pronunciar, mesmo sendo apenas uma conversa paralela.

Na terceira e última semana, como as primeiras turmas da semana já haviam realizado as avaliações propostas pela docente, antes do intervalo um estudante solicitou a liberação da professora ao dizer:

“– Professora libera *nois*?”

Como a turma não obteve resposta diante da indignação da educadora, outra aluna mostrando - se injustiçada fez a seguinte objeção:

“– Desse jeito nós só vamos ser liberados meio-dia e meio!”



Dessa vez, diante do emprego errado feito pela inconformada aluna, para o espanto da turma, não houve nenhum tipo de correção por parte da professora. A mestra ainda repetiu a frase da aluna, sem se corrigir, para explicar que se eles se comportassem seriam liberados dez minutos antes do horário habitual.

Este tipo de situação, onde o educador além de não corrigir a forma de falar do aluno e ainda repetir o “erro” dito por ele é explicado por Bortoni (2005, p.17) quando a autora explica que este tipo de situação ocorre de forma corriqueira dentro da sala. Geralmente em atividades de leitura, Quando um aluno lê um texto de maneira “errada” o professor efetua a correção, porém no episódio de fala nem sempre ele identifica um “erro” porque em sua fala cotidiana utiliza a língua informalmente.

A segunda parte da análise de dados, questionário anexos, corresponde ao uso de um questionário (anexo I) que foi aplicado junto ao corpo docente e que possuía sete perguntas de natureza discursiva e vinte sentenças, com orações que estavam inseridas no cotidiano da sala de aula para que fossem analisadas pelos professores.

Como esclarecido na metodologia, esta investigação foi fundamentada com base nos conceitos da pesquisa qualitativa. As perguntas introdutórias possuíam o intuito de traçar um perfil social dos profissionais de educação que participaram da parte prática desta pesquisa de campo. Sendo assim, elas levantaram as seguintes informações:

- **Qual é a matéria que você leciona?**
- **Há quantos anos você atua na área de educação?**
- **Em quais séries você já lecionou?**
- **Qual é a média de alunos com os quais você trabalha?**
- **Qual é faixa etária dos seus alunos?**

Dessa forma, segundo as respostas apresentadas, nas primeiras perguntas, obtive os seguintes dados:

- 2 professores lecionavam Língua Portuguesa
- 2 Geografia

- 2 História
- 1 Língua Estrangeira Moderna
- 1 Artes e
- 1 Sociologia

Eles totalizaram dez participantes. Estes educadores estavam em sala de aula há aproximadamente vinte e um anos, atendiam a um público de até quarenta alunos por turma e estes estudantes possuíam uma faixa etária que ia dos quatorze aos dezoito anos. Os professores afirmaram trabalhar com os três níveis do Ensino Médio: 1º, 2º e 3º ano.

Tendo em mãos este perfil social, partiu-se para as outras questões, mas antes se utilizaram duas questões discursivas que procuraram tratar sobre o tema central do trabalho: o preconceito linguístico. Assim sendo, as questões eram:

- **Você costuma corrigir seus alunos, em sala quando eles dizem algo que não está de acordo com a norma-padrão presente na Gramática?**
- **Se a sua resposta anterior for afirmativa, de que forma essa correção ocorre?**

Com estas questões abertas foi possível chegar as seguintes informações:

- Sete professores assumem corrigir seu alunado sempre que este comete “erros” na fala e na escrita, segundo o que propõe a Gramática Tradicional e estas correções, em sua maioria, acontecem em sala durante as aulas ou ao corrigirem os trabalhos e provas da turma.
- Estes mesmos sete justificaram esta atitude ao dizer, de forma geral, que corrigem o aluno por acreditarem que este comportamento de “erro” é incompatível com o que a norma-padrão aceita como certo.

Houve professores que, optaram por deixar estas questões sobre como se dá a correção em branco. Porém, também houve duas respostas que chamaram atenção pelo modo como os educadores procediam com relação à correção e aos erros, são elas:

- “Natural sem humilhação, explicando qual a forma ideal para falar.”
- “Converso explicando a maneira correta, e a importância de se falar corretamente.”

Sobre esta questão, Bagno (1999, p.18), esclarece que

o reconhecimento da existência de muitas normas linguísticas é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira ‘língua estrangeira’ para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade de português não-padrão.

Com relação a estas respostas dos colaboradores, percebe-se que ainda hoje mesmo convivendo diariamente com tipos diferentes de variações, esses professores ainda acreditam que há uma única forma certa para se falar e prezam pelo uso dessa forma, dando a ela grande importância e desvalorizando assim as demais formas de fala, que assim como as demais é correta.

Dando continuidade ao que foi respondido pelos educadores nas sentenças, foram apresentadas vinte questões que aparecem em sala de aula com regularidade seja na fala ou na escrita e o professor teve a opção de dar três respostas, com relação à correção que realiza com seus alunos:

**(A) Na fala**

**(B) Na escrita**

**(C) Nas duas**

E estas sentenças se dividiram da seguinte forma: as seis primeiras questões apresentavam “erros” considerados inaceitáveis, a sétima estaria “correta” segundo a norma-padrão e as demais apresentavam “erros” considerados aceitáveis, por estarem sempre presentes seja na fala formal ou informal assim como na escrita. Sobre esta questão de aceitabilidade Bagno (2007, p. 186) afirma

Se as mudanças já estão, de certa forma, previstas no próprio sistema da língua, se os falantes se aproveitem das possibilidades que a língua oferece para modificar as regras de funcionamento delas, e essas modificações servem para satisfazer múltiplas necessidades que os falantes sentem, então não existe “erro comum” – existe, isso sim, um acerto comum para tornar a comunicação mais certa.

Os professores que lecionam Língua Portuguesa, em sua maioria, responderam as questões com as letras C, que correspondia à correção na fala e na escrita e a letra B, nenhum dos dois utilizou a letra A, correção apenas na fala, para responder às questões.

Nas duas questões que pediam a opinião dos educadores sobre como e porque se dá a correção em sala, estes também afirmaram não corrigir seus alunos, o que demonstrou que eles adotavam um comportamento oposto ao da professora observada na primeira parte desta análise, que por vezes corrigia seus alunos em sala mesmo em conversas informais fazendo com que estes se sentissem menosprezados e adotassem, então um comportamento inibido para não serem expostos diante da turma. Sobre este tipo de intervenção, afirma Soares (2002, p. 48) ser

A postura mais radical em relação a esse conflito funcional a de que a solução não é a aprendizagem, pelos falantes de dialetos não padrão, do dialeto padrão a fim de o utilizarem nas situações em que é requerida, a solução estava numa mudança de atitudes dos professores, e da população em geral, que deveriam ser educados para compreender que todos os dialetos são igualmente válidos, corretos e que não há razões legítimas para a discriminação de falantes que usam dialetos não padrão.

Estes dois professores demonstraram ter identificado os erros inaceitáveis segundo a norma padrão, pois responderam utilizando as letras correspondentes, que corrigiram seus alunos na fala e também na fala e na escrita.

Ambos não identificaram a questão correta e este comportamento reflete uma nova tendência presente entre os usuários da língua, principalmente os que se dedicam a ensiná-la, e recebe o nome de Hipercorreção que é um excesso de policiamento da fala e principalmente da escrita, mas que mesmo assim leva ao “erro”. Sobre este fenômeno, a autora Bortoni-Ricardo (2004, p.28) demonstra que

Chamamos de *hipercorreção* ou *ultracorreção* o fenômeno que decorre de uma hipótese errada que o falante realiza num esforço

para ajustar-se à norma-padrão. Ao tentar ajustar-se à norma, acaba por cometer um erro.

Os professores que trabalham com a disciplina de Geografia, utilizaram a letra A, que correspondia à correção na fala, para responderem a maioria das questões. Seguida da letra C, que era equivalente a correção nas duas formas. Porém, estes educadores deixaram seis questões sem resposta, por acreditarem que estariam corretas.

Isso se dava porque muitas das vezes os educadores, utilizavam estes mesmos erros que, por já estarem enraizados em sua fala, passava despercebidos, como no caso do advérbio *através*, que é usado de forma indiscriminada em falas e até em discursos políticos, mas que deveria na verdade ser substituído pela conjunção *por meio* já que *através* significa apenas atravessar.

O que só demonstrou que, fora das aulas de português, os mestres se preocupavam em corrigir os “erros” quando estavam em classe, mas, davam pouca importância para a explicação do motivo pelo qual determinadas sentenças eram consideradas erradas e outras não.

Este fato serviu para comprovar o que foi abordado na teoria deste trabalho, que o aprendizado dos alunos torna-se insuficiente, quando estes eram condicionados a aprenderem que certas variantes eram corretas e outras erradas.

Em concordância com parte teórica deste trabalho, não há nada certo e nem errado na língua, visto que ela é heterogênea e se adequa perfeitamente à necessidade dos seus falantes, tanto na fala como na escrita independentemente de nível e classe social. Possenti (1996, p. 20), reitera que

se abrissemos os ouvidos, se encarássemos os fatos, eles nos mostrariam uma coisa óbvia: que todos os que falam sabem falar. Pode ser que falem de formas um pouco peculiares, que certas características do seu modo de falar nos pareçam desagradáveis ou engraçadas. Mas isso não impede que seja verdade que sabem falar.

Entre os professores que trabalham com a disciplina de História, o primeiro professor optou por não responder nenhuma das sentenças que lhe foram propostas.

E o segundo educador corrigiu com a letra C todas as primeiras sentenças que apontavam erros inaceitáveis do ponto de vista dos gramáticos e optou por deixar as questões consideradas aceitáveis em branco. Ainda segundo os gramáticos tradicionais, as sentenças mesmo que sejam consideradas plausíveis ainda assim apresentam erros de acordo com a norma culta.

Sobre “erros inaceitáveis”, Bagno (2007, p. 83) assevera que eles recebem esta denominação, pois:

isso deixa claro que as pessoas, que na melhor das intenções, dizem que “tudo na língua vale” e que “o importante é a comunicação” estão redondamente equivocadas. A língua não é simplesmente um “meio de comunicação” – ela é um poderoso instrumento de controle social, de manutenção e ruptura dos vínculos sociais, de preservação ou destroçamento das identidades individuais, de promoção ou de humilhação, de inclusão ou exclusão.

Seguindo este pensamento, as letras O e T do questionário, apresentam erros de concordância verbal, pois a oração toda está no plural, exceto por dois verbos que aparecem no singular, e segundo explica Cunha (2001, p.496) em uma oração deve haver concordância de gênero, número e grau entre o verbo e o sujeito para que esta esteja correta.

Sobre esta questão que trata sobre a concordância verbal e nominal dentro de uma oração, Bagno (2007, p.114) também explica

se é verdade que a regra da não concordância como sujeito posposto (chegou os livros) ocupa cada vez mais terreno em todos os estilos de língua falada e avança a grandes passadas sobre os estilos de língua falada e avança a grandes passadas sobre os estilos monitorados da língua escrita, também é verdade que a regra prevista na norma-padrão (chegaram os livros) ainda permanece viva e forte na consciência de muita gente.

Na sentença da letra H, o “erro” se fez presente ao utilizar o pronome dela no final da oração. Sobre isso Bagno (2007, p.204) aponta que os falantes guardam na memória a forma “correta” de empregar a concordância mesmo que não a utilizem com frequência, o que não significa dizer que eles desconhecem as regras gramaticais.

O “erro” na letra I presente no questionário aparece quando o verbo *assistir* é utilizado de forma equivocada onde o artigo “o” aparece em excesso, pois conforme Bagno (2007, p.186) mesmo conhecendo a regra que diz que este verbo não necessita do complemento do artigo ou de preposição, pois este tipo de verbo também assume a forma passiva dentro da língua e desta forma não pode ser visto como errado.

Ainda segundo Bagno (2007) este verbo, que se originou do latim AD-SÍSTERE, apresenta inicialmente o significado de “estar junto a” alguma coisa ou “comparecer a” algum lugar, e por isso se explica o fato da existência da nossa preposição a, que veio do AD- antes do verbo, segundo o latim. Porém ao longo dos tempos a língua sofreu alterações e o verbo passou a ser empregado com o sentido de: presenciar, ver observar e frequentar.

A letra K, no questionário, apresentou um “erro” ao fazer uso do artigo definido “a” após o pronome *cuja* que não pede este tipo de complemento. Conforme Bagno (2004, p.86)

acredito que é necessário continuar ensinando o uso do pronome cujo na escola, porque ela ainda tem função na língua escrita mais monitorada. Esse ensino, no entanto, tem de ser feito por professores conscientes do estado atual do cujo no português brasileiro, conscientes do processo histórico envolvido e dos campos de aplicação cada vez menores reservados a esse pronome, em rápido processo de extinção na língua falada.

Ainda sobre este assunto, Bagno (2007, p. 205) aponta que “cabe alertar aos alunos para o emprego impróprio de artigo definido depois do pronome cujo, como é frequente ocorrer em textos escritos.”

Sobre a sentença da letra Q, no questionário, que também apresenta “erro” ao utilizar o verbo procura-se logo no início da oração. Sobre este “erro” Bechara (1999, p 178) aponta que:

como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto -, estende seu papel ao aos transitivos diretos onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: vendem-se casas+ ‘alguém tem casa para vender’ e de ligação (É-se feliz). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo.

A letra L, no questionário, ao utilizar o verbo possuir de maneira equivocada tornou a sentença ambígua, ou seja, de duplo sentido fazendo com que esta seja tida como “errada”, pois fugiu ao seu sentido. Neste contexto, Bagno (2007, p.181) explica que:

a substituição do verbo ter pelo verbo possuir em construções que podem levar a interpretações muito esquisitas [...] ou sem sentido [...] Muito comum também o uso de possuir onde outros verbos seriam mais adequados.

A letra P utilizou o verbo haver na forma de *Há* para dar início a sua oração e dessa forma cometeu um “erro”, pois poderia facilmente ter sido substituído pelo verbo fazer, na forma do *faz* para dar mais sentido à oração. Sobre esse uso equivocado o autor Cegalla (2005, p. 606) pondera:

o verbo haver pode ser empregado como pessoal ou impessoal. Emprega-se pessoalmente:

- Como verbo auxiliar do verbo pessoal
- No sentido de ter
- Como sinônimo de obter, conseguir, alcançar.
- Na acepção de pensar, julgar, entender.
- Como verbo pronominal, no sentido de proceder, portar-se, lidar, descobrir-se, sair-se [...].

Os demais mestres que lecionam respectivamente as disciplinas de: Língua Estrangeira Moderna, Artes, Sociologia e Física responderam com a letra B, correção na escrita, o que só reforça o fato de que o preconceito linguístico presente na sociedade, assim como na escola, tolera certos “erros” na fala, visto que há a crença enraizada nos falantes de que “todo mundo fala assim”.



Mas por outro lado, estes educadores não aceitam nenhum tipo de “erro” na escrita, por esta ter um lugar de destaque já que quem escreve bem, automaticamente possui um grau de escolaridade mais elevado e um status de superioridade social.

Os professores ao deixarem de responder as sentenças com os “erros” admissíveis, a prática vai ao encontro à teoria uma vez que mesmo acreditando, que a norma-padrão é a mais valorizada eles mesmos não reproduzem esta norma aceita como de prestígio. E assim desconstroem a imagem que passam ao seu alunado: o professor é um exemplo, pois nunca erra. Sobre isso, Bagno (2007, p.19) afirma:

[...] a atribuição de diversos usos não normativos apenas à “língua popular”, quando esses mesmo usos também comparecem fartamente na fala e na escrita dos “falantes cultos” inclusive na escrita mais monitorada.

E assim sendo, esta análise de dados foi finalizada de uma forma que procurou relacionar tudo que foi explorado na parte teórica baseada nos estudos e obras dos autores escolhidos com o que foi vivenciado durante as três semanas de pesquisa de campo, dessa forma foi possível perceber se o que os autores escreveram a cerca do preconceito linguístico se confirma ou não.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho ao longo de toda a sua elaboração teve o intuito de analisar a sua questão principal: **o preconceito linguístico em sala de aula**. Para isso, utilizou como base teórica os estudos elaborados por autores que se dedicam a estudar este fenômeno, por já estar presente há muitos anos entre os usuários da língua escrita ou falada e ainda não ser reconhecido pela maioria que o pratica.

Ainda durante a pesquisa bibliográfica, procurou-se averiguar se as variações linguísticas estão tendo o seu devido valor e se estão sendo respeitadas conforme consta nos PCNs, ou se ainda são vistas com a separação de superior e inferior entre os falantes.

Sobre como se dá o ensino da gramática em sala de aula, em minha avaliação, discutiu-se sobre o fato de que alguns estudiosos mais tradicionalistas, baseados nas gramáticas tradicionais propagam a ideia de que apenas as normas cultas e padrão devem ser ensinadas aos alunos, por serem as únicas corretas.

E dentro de sala, este comportamento coloca em risco o aprendizado dos estudantes, que acabam sendo levados a acreditar que não devem valorizar os demais falares presentes em sala e na sociedade como um todo.

O posicionamento da escola também foi debatido, pois ela é responsável por tornar o preconceito linguístico ainda pior. Já que neste ambiente os professores ao tentarem se adequar ao tipo de ensino que a escola pede para que eles utilizem, fazem uso de palavras de repreensão ou atitudes como cara feia ou gesto negativo, fazem com que suas turmas se sintam desestimuladas por não conseguirem aprender o uso “correto” da sua língua materna.

E esta língua padronizada que lhes é ensinada e cobrada a todo o momento, dentro e fora das aulas de Língua Portuguesa por não fazer parte dos outros ambientes que eles frequentam, não lhes parece familiar ou real, dificultando assim a assimilação e uso.

Foi-se a campo para realizar a parte prática que, juntamente com a teoria, compõe este trabalho. A pesquisa de campo ocorreu em uma escola de

Ensino Médio de Sobradinho I e, assim como o trabalho, se dividiu em duas etapas: a primeira utilizou a observação não participante, ou seja, em nenhum momento houve interferência no meio, durante as aulas de Língua Portuguesa em sete turmas do primeiro ano da escola.

Com esta etapa da pesquisa, foi possível perceber que os professores procuram transmitir aos seus alunos a ideia de que só há uma forma correta de se falar e de se escrever, não aceitando assim as diversas variações linguísticas existentes.

Na segunda etapa, utilizou um questionário voltado para o corpo discente das duas escolas de Ensino Médio que se propuseram a colaborar com esta parte da pesquisa e que foi composto por duas fases. A primeira utilizou perguntas dissertativas, dando uma introdução sobre o que seria abordado nas interrogações e traçando um perfil do seu público e, na segunda fase, sentenças com “erros” inaceitáveis, uma questão correta e as demais apresentaram “erros” toleráveis.

Esta segunda etapa possibilitou a seguinte conclusão, de que os professores valorizam muito uma escrita correta baseada nos conceitos da gramática e da norma-padrão, mas durante a fala deixam passar despercebidos certos “erros” por também fazerem uso dos mesmos durante a fala informal. O que só serve para aturdir ainda mais a cabeça do seu alunado, que acredita que o professor deve dar o exemplo e que nunca comete “erros”.

Como conclusão, acredita-se que esta pesquisa não foi e nem será a única a investigar este tema, mas futuramente servirá como base para que outras pesquisas sejam desenvolvidas até que se chegue ao ponto de todos os falantes entenderem que o preconceito linguístico existe sim, mas que deve ser banido em todos os acontecimentos sociais que fazem uso da língua.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências Naturais e Sociais – Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Pioneira Thompson, 2002.
- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AQUINO, Julio Groppa [et. al]. **Erro e fracasso na escola, alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: ED. Summus, 1997.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolingüística**. 15. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e Educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6ª edição. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2013.

CORDIÉ, Any. Tradução Sônia Flach e Marta D'Agord. **Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

KLEIMAN, Angela B.[et.al] Clécio Bunzen (organização)] **Português no Ensino Médio e Formação do Professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, José Luís. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades**. Caderno de Pesquisa em Administração. São Paulo, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Vertente Grega da Gramática Tradicional: uma visão do pensamento Grego Sobre a Linguagem**. 2ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** 2ª edição. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras: Associação do Brasil, 1996.

SECHE [et.al], BALLY (organização). **Ferdinand Saussure: Curso de Linguística Geral**. 27ª ed., São Paulo, Editora Cultrix, 2006.

SILVEIRA, Elizabeth. **O aluno entende o que se diz na escola?** Rio de Janeiro: Quality Mark, Dunya Ed, 1997.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola – Uma nova perspectiva**. 17ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística**. 8ª edição. São Paulo: Ática, 2007.

VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia. **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### QUESTIONÁRIO - PRECONCEITO LINGUÍSTICO

1. Qual é matéria que você leciona?

---

2. Há quantos anos você atua na área de Educação?

---

3. Em quais séries você já lecionou?

---

4. Qual é a quantidade média de alunos com os quais você trabalha?

---

5. Qual é faixa etária dos seus alunos?

---

6. Você costuma corrigir seus alunos em sala quando eles dizem algo que não está de acordo com a norma-padrão presente na Gramática?

[   ] SIM

[   ] NÃO

7. Se a sua resposta anterior for afirmativa, de que forma essa correção ocorre?

---

---

---

---

8. Avalie as seguintes sentenças/orações a seguir. Caso discorde da estrutura gramatical, indique se corrigiria seus alunos: na fala (A), na escrita (B), na duas (C):

- (   ) A – Cheguei agora porque depois do intervalo fiquei meia cansada.  
(   ) B – Não fizemos a atividade porque nós faltou na sua última aula.  
(   ) C – Ela pode ir na biblioteca comigo?  
(   ) D – Professor, pode ser em dupla pra ela mim ajudar nas questões?  
(   ) E – Em minha opinião, o nosso país deveria ter menos corrupção e mais escolas.  
(   ) F - Posso ir no banheiro?  
(   ) G – Foi por meio deste livro que consegui entender a matéria da prova.  
(   ) H – O resultado da equação é igual à soma dos dois algarismos que fazem parte dela.  
(   ) I – Durante as férias fomos ao cinema assistir o filme “A Culpa é das Estrelas.”

- ( ) J – Consegui ser aprovado no PAS porque aprendi muito através dos livros que li em sala nesse ano.
- ( ) K – Estudo na escola X, cuja a diretora se chama Maria.
- ( ) L – A professora Maria possui muitos alunos e não pode subir a nossa aula agora.
- ( ) M – Professora, vamos comprar ficha na cantina.
- ( ) N – Professor, é coisa demais pra mim fazer nessa aula.
- ( ) O – A que ponto chegou às discussões políticas sobre o futuro presidente do país.
- ( ) P – Há séculos que você ensina isso professora.
- ( ) Q – Procura-se alunos do 1º ano para participarem do grêmio da escola.
- ( ) R – Me empresta seu caderno pra eu copiar o exercício?
- ( ) S – É pra responder o questionário agora?
- ( ) T – Faz dois meses que aquela aluna ruiva não vem pra aula.

